



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO E GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA DA SILVA BORGES

**VISIBILIDADE E ORGULHO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE GRUPO DE DISSIDÊNCIA SEXUAL E
DE GÊNERO DAS RESIDÊNCIAS NA UFBA**

Salvador
2019

FERNANDA DA SILVA BORGES

VISIBILIDADE E ORGULHO:

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE O GRUPO DE DISSIDÊNCIA SEXUAL
E DE GÊNERO DAS RESIDÊNCIAS NA UFBA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Samira Safadi Bastos

Salvador
2019

*Á todxs que lutam por liberdade em meio a essa sociedade cheia de amarras.
“Je suis ici, ainda que não queiram não.” (Luedji Luna)*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter guiado meus passos e me dado coragem para chegar até aqui.

Aos meus ancestrais por iluminar minha caminhada.

A minha mainha D. Ana, minha maior fonte de amor.

A minha irmã, Priscila por ter me dado a régua e o compasso.

A meus irmãos Almir e Alexandre por todo apoio.

As melhores amigas e companheiras de profissão Aliane, Ana Lúcia, Miliana, Samara.

A Lady, Cláudia, Pati, Deco e Zick pela irmandade da alma.

Ao mestre e amigo querido Clímaco César por todo incentivo, disponibilidade e atenção pela minha escolha.

A Juliano Leví, pelo companheirismo e afeto incondicional.

Ao Grupo de Dissidência Sexual e de Gênero das Residências Universitárias da Ufba pelo acolhimento e inspiração.

A minha orientadora Samira, por acreditar em mim e por ajudar a construir esse trabalho respeitando meus limites.

Aos melhores SUPERvisores de estágio Francisco Carlos e Cláudia Isabele por todos os ensinamentos, conhecimentos compartilhados e pelo compromisso ético - político na prática profissional.

E a todxs que de perto ou longe torceram e me auxiliaram a vencer cada etapa dessa trajetória, seguirei infinitamente GRATA!

“Se escolho dedicar minha vida à luta contra a opressão, estou ajudando a transformar o mundo no lugar onde gostaria de viver. ” bell hooks

RESUMO

Refletir sobre a importância dos temas de diversidade sexual e de gênero sob a perspectiva de um grupo que nasce no âmbito de uma residência universitária de uma universidade federal, é debruçar sobre questões que no contexto da sociedade brasileira tem sido de muito embate político, moral e social. As experiências desses indivíduos em uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo que desdobra em opressões que atravessam suas condições de existência sedimentam as lutas de resistência de forma política e cultural. Nesse sentido este trabalho tem como objetivo geral contribuir para ampliar a visibilidade de movimentos sociais de luta, neste caso, especificamente sobre a trajetória do grupo social GDR. Em vista disso, foram utilizados os objetivos específicos: analisar as determinações sócias históricas, a contribuição do Serviço Social para a aproximação da temática de diversidade sexual e de gênero dentro da categoria, bem como a trajetória do GDR a partir do enfoque na sua luta de resistência às opressões de gênero e diversidade sexual. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, que pretende aprofundar o surgimento e forma de militância com viés cultural e político através de suas ações e experiências integrantes do GDR com o intuito de historicizar a partir de suas próprias narrativas.

Palavras-chave: Gênero, Diversidade Sexual, Militância, LGBTQI+, GDR.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
- ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social
- ENCE - Encontro Nacional de Casas de Estudantes
- ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- ENNECE - Encontro Norte-Nordeste de Casas de Estudantes
- GDR- Grupo de Dissidência Sexual e de Gênero das Residências
- GGB - Grupo Gay da Bahia
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
- LGBT'S - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e/ou Transgêneros
- LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer e outros grupos de gênero e sexualidade
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PROAE - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
- UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| SEÇÃO I: PATRIARCADO E FEMINISMO | 12 |
| 1.1. O pensamento de Saffioti | 12 |
| 1.2. O pensamento de Cisne e Santos | 19 |
| SEÇÃO II: A CATEGORIA FRENTE AO PATRIARCADO E A MILITÂNCIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS | 30 |
| 2.1. Aproximação com o Serviço Social | 30 |
| 2.2. O caso do GDR: Trajetória e militância para além dos muros da Universidade | 34 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| REFERÊNCIAS | 45 |
| ANEXO | 48 |

INTRODUÇÃO

Aprendi com essa profissão que sem movimento não há liberdade, que o seu valor ético central é a liberdade e seu valor político central é a democracia. Que para romper com as opressões dessa sociedade capitalista, racista, sexista, lgbtfóbica devemos movimentar-nos no sentido de lutar sem perder de vista as lutas de todos aqueles que têm sua existência atravessada por essas opressões. Mais ainda, aprendi que esta luta pela liberdade e pela democracia deve, sobretudo, fortalecer os movimentos sociais que tem este viés, de modo que sejamos instrumentos de um novo tempo.

Em tempos neoliberais com traços de fascismo, visibilizar e fortalecer cada luta contra opressão é intransponível, pois outras vozes precisam ser ouvidas, outras narrativas precisam de espaço, tendo em vista o mal crônico da nossa sociedade brasileira que desde os seus primórdios recorre em apagar e silenciar as histórias de resistência daqueles que anseiam por liberdade.

Nesse sentido, a presente pesquisa trata-se de uma narrativa sobre o Grupo de Dissidência Sexual e de Gênero das Residências da UFBA (GDR)|, que desde o seu surgimento em 2009 tem buscado com suas ações de militância política e cultural espaço pela luta a favor da diversidade sexual e de gênero dentro da universidade. O contato com o grupo ocorreu durante minha experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III realizado junto ao Serviço Social da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). Entre as visitas realizadas nas Residências Universitárias, junto com a equipe da PROAE, foi possível conhecer outros universos que compõem a Universidade para além dos muros de cada *campus*, o que promove possibilidades reais de outras formas de saber, outras possibilidades de experienciar o ambiente acadêmico. Esta aproximação mexeu muito comigo porque, muitas vezes e não por acaso, estas lutas não são visíveis.

Assim, o objetivo da pesquisa está vinculado primeiramente a minha enorme vontade de conhecer a fundo a trajetória de resistência do GDR, pois para além do famoso *Caruru da Diversidade* tão conhecido e frequentado por uma grande parte da comunidade acadêmica existia uma entidade muito representativa para os residentes dissidentes, com ações permanentes que traziam como norte, toda uma luta contra a opressão sofrida pela comunidade LGBTQI+.

Nesse período, de maneira informal, pude indagar o movimento em foco com questões que me inquietavam e que hoje foram de suma importância para me auxiliar na escrita desse trabalho.

Nesse contexto, tenho como objetivo geral contribuir para ampliar a visibilidade de movimentos sociais de luta, neste caso, especificamente sobre a trajetória do grupo social GDR.

Os objetivos específicos foram analisar as determinações sócias históricas, a contribuição do Serviço Social para a aproximação da temática de diversidade sexual e de gênero dentro da categoria, bem como a trajetória do GDR a partir do enfoque na sua luta de resistência às opressões de gênero e diversidade sexual.

A metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa com fonte bibliográfica e o estudo de caso, com intuito de analisar os aspectos sócio históricos que permeiam a trajetória do GDR, e a sua militância desde a sua gênese até os dias atuais.

O presente trabalho está organizado em três capítulos: sendo a Seção I *Patriarcado e feminismo*, onde nesse capítulo optei pela escolha de trazer o pensamento de autoras que dialogam com a temática, mas precisamente pela minha condição de mulher negra nessa sociedade patriarcal e refletir sob a égide dessas questões que afetam nossa condição de existência. Iniciando a discussão com o 1.1 *Pensamento de Saffioti*, autora de referência nos estudos de gênero e patriarcado e pioneira nos estudos feministas no Brasil. Nessa sessão foi abordada a forte influência da sociedade patriarcal dentro das relações sociais e o desdobramento dessa cultura na vida das mulheres ao lidar com essa desigualdade de gênero.

A sessão 1.2 *Pensamento de Cisne e Mirla* duas profissionais na área do Serviço Social, que abordam dentro da categoria do Serviço Social, a importância de aproximar-se dessas questões de divisão sexual e racial na sociedade patriarcal e do quanto à categoria que luta pela viabilização de direitos para a classe trabalhadora, necessita estar atenta à realidade dessa população atingida.

Na segunda Seção II *A categoria frente ao patriarcado e a militância de Movimentos Sociais*, na seção 2.1 *A aproximação com o Serviço Social* nesse capítulo se abordou a condução de entidades da categoria para inserção da relação do Serviço Social e diversidade sexual. 2.2 *O caso do GDR: Trajetória, militância para além dos muros da universidade* sendo esse último à história do GDR de militância combativa no enfrentamento na luta contra discriminação da diversidade sexual e de gênero.

É importante frisar que neste trabalho foi respeitada a sigla LGBTQI+ sendo ela a que melhor representa as pautas de militância do GDR, e nas outras fontes utilizadas para a produção foi seguido à sigla de acordo com a fonte explicitada em cada conteúdo que aqui foi utilizado, tendo assim mais de uma sigla citada ao longo do trabalho, reafirmando que cada letra é uma luta.

SEÇÃO I - Patriarcado e feminismo

1.1. O pensamento de Saffioti

Nessa primeira seção do trabalho, discutirei os conceitos de patriarcado e gênero e suas implicações na sociedade, para melhor elucidar a temática sobre a militância LGBTQI+ sobre a qual nos debruçamos na segunda seção.

Para fundamentar o presente estudo, fez-se necessário contar com um suporte teórico de literatura que trate das relações patriarcais no âmbito da sociedade capitalista, e de como o movimento de mulheres foi crucial para repensar a questão dos papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Iniciaremos em seguida com as autoras Cisne e Santos (2018) que abordam essas questões e fazem aproximação do Serviço Social com a temática da diversidade sexual e do movimento LGBTQI+.

O termo patriarcado foi cunhado no final da década de 1960 pelo movimento feminista, definindo esse sistema social onde a masculinidade e heteronormatividade têm privilégios sobre a mulher.

Com base nessa perspectiva histórica e social sobre a cultura do patriarcado, é importante destacar a análise feita por Safiotti (2005,2009), pois a autora se atém a esboçar esse estudo a partir da dialética marxista, que é um olhar crítico da história, o que juntamente com o olhar do feminismo, permite uma melhor compreensão sobre esta forma de opressão ao longo da formação das sociedades. Vale salientar que o patriarcado e o racismo compõem associados às sociedades de classes, parte importante das formas de opressão na história da humanidade (CISNE; SANTOS, 2018)¹.

A autora conhecida por ser a pioneira nos estudos feministas no Brasil discute de maneira aprofundada como a relação de desigualdade entre os sexos têm uma funcionalidade que propicia a sustentação da sociedade capitalista.

A preocupação da autora em trazer para a discussão a categoria mulher no interior da sociedade de classes, nos revela a seu posicionamento de cunho feminista e a importância de

¹Para ver mais: CISNE, Mirla; MARA, Silvana. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

colocar no centro do debate o movimento feminista que traz como luta fundamental CONTRA A opressão histórica e ainda tão presente sobre a mulher.

Pensando assim as especificidades da condição da mulher na estrutura familiar, onde desempenha o trabalho doméstico, e as outras funções como a responsável pela criação e cuidado dos filhos, estando assim subordinada a violência patriarcal que está intimamente ligado ao sistema capitalista. Como afirma a autora

A dominação-exploração constitui um único fenômeno de duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar estes projetos (SAFFIOTI, 2005, p.42).

A frente desse movimento construído por mulheres, Saffioti (2005) problematizava o fato dessa opressão e dominação ser condicionada às mulheres, única e exclusivamente por serem mulheres, o que demonstra desigualdade e status de um determinado grupo em detrimento das mesmas.

O controle político dos corpos femininos é o que baliza boa parte dela na cultura patriarcal que agride, silencia e mata mulheres, afirmando então que temos como cerne dessa cultura a violência de gênero. A subordinação patriarcal, estando fortemente enraizada nessa sociedade, é notadamente vivenciada pelas mulheres não só por uma agressão física sofrida por um indivíduo do sexo masculino, mas pelos aparatos do estado que regulam o direito à igualdade de gênero e reforçam com naturalidade essa violência sexista.

É visto infelizmente que toda mulher está suscetível a sofrer a violência de gênero, pois temos desde o seio familiar a domesticação dos corpos femininos, cujas formas de socialização são marcas de uma violência simbólica que molda a formação daquela mulher para ser a recatada, a bem quista por bons modos e trejeitos, de maneira a não transgredir a ordem posta e estabelecida pelo patriarcado, para serem futuramente aquelas que serão continuamente oprimidas e exploradas pelo machismo e pelo capitalismo, sendo esses dois indissociáveis no patriarcalismo.

A cultura do patriarcado promove desigualdades históricas entre os sexos, sendo que dentro dessa lógica patriarcal a desvantagem sobre o feminino causa uma epidemia de violências de todas as ordens. A autora (2005) demonstra que esse sistema patriarcal, deve ser

compreendido, em sua natureza bruta, ou seja, não somente no que diz respeito à hierarquia entre os sexos, mas precisamente na manutenção da ordem estabelecida socialmente na luta de classes que tem com base a dominação-exploração do capital, pois sem o entendimento de uma mudança de ordem societária, a desigualdade não será superada.

Uma das formas combativas para a desconstrução do patriarcado é a discussão sobre gênero que o movimento feminista tem pautado como bandeira principal, por entender que aos termos papéis determinados socialmente, este é um espaço favorável para o fortalecimento de ações narrativas de depreciação na vida das mulheres em detrimento da superioridade masculina.

Observa-se pela contribuição trazida pela autora que essa violência na vida das mulheres não surge como muito se pensa de uma natureza humana e bruta dos homens que são os seus agressores, mas sim de uma influência forte econômico-cultural que permanece e vem se articulando em cada momento da história interferindo consequentemente nas relações sociais.

O patriarcado é uma relação de opressão que permanece e se manifesta em nossa sociedade, pela formação de uma base material a divisão sexual do trabalho, a qual distingue o trabalho de homens do trabalho de mulheres e dá maior relevância ao trabalho masculino.

O trabalho doméstico destinado às mulheres é servil, vinculado à reprodução e manutenção da casa, sendo esse um trabalho desvalorizado e invisibilizado, diferente do trabalho dos homens por ser um trabalho feito fora de casa, com evidência unilateral de valor agregado ao mercado. Isso mostra faces do quanto é lucrativo para a sustentação da classe dominante burguesa se apossar dessa dimensão sexual do trabalho, com o trabalho e tempo das mulheres para funcionamento da economia capitalista.

Nesse sentido o movimento feminista vem problematizar essa ideia de um trabalho doméstico não reconhecido, já que para o sistema capitalista o não havendo - diretamente ou nem sempre - um valor de troca, não seria reconhecido como trabalho, mas se apropria desse trabalho no que diz respeito ao tempo e organização do trabalho doméstico de cuidado.

O capitalismo necessita da naturalização desse tipo de trabalho, para controle dos homens não só de seus corpos para fins sexuais, para, sobretudo para esse fim de conveniência do trabalho doméstico.

Além de empoderar as mulheres, o conhecimento de história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da

dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. (SAFFIOTI, 2005, p. 41).

Partindo desse diálogo que é incorporado ao debate sobre as bases fundantes do patriarcado trazidas pelo movimento feminista, é notório um crescente movimento no que tange a articulação das mulheres sobre essa questão, e não só daquelas que são militantes, mas, sobretudo aquelas que reconhecem o fardo pesado da dupla jornada de trabalho, sendo um dos fatores de não reconhecimento que reforça a opressão e exploração na vida dessas mulheres.

Não só o aspecto econômico da divisão sexual do trabalho foi predominante para moldar a visão masculina de superioridade com relação às mulheres. Não se deve perder de vista o papel fundamental da religião, o que no contexto da nossa sociedade brasileira, ocidental, fundamentalmente judaico-cristã, reforça as representações do que é ser uma mulher virtuosa, bondosa, digna de uma santidade e coloca outras em condição contrária de profana, ímpia, fazendo com que dessa forma delimitada as mulheres sejam sempre desvalorizadas e tenham apenas um papel funcional seja ele sexual ou reprodutivo a serviço dos homens².

Para fundamentar estudos sobre patriarcado, é importante centrar o olhar para o movimento feminista, por abordar a discussão sob a perspectiva do gênero, onde se justifica a violência sexista sofrida pelas mulheres, já que há naturalização dos comportamentos violentos dos homens e uma naturalização de passividade e subserviência das mulheres, compreendida de maneira biologizada e não construída socialmente pela base patriarcal. Essa separação de gênero foi o ponto fulcral de busca por igualdade de gênero. Visto que no percurso da história, as mulheres foram vilipendiadas, marginalizadas, destituídas de participação de decisões de caráter individual e coletivo. As duras lutas referentes a tais enfrentamentos e reivindicação por direitos iguais se inicia entre os entre o século XVIII e XIX e ganha maior força no século XX.

²Não podemos deixar de citar o que a atual Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, vem disseminando a favor da submissão da mulher no Brasil em 2019: "Na concepção cristã, mulher deve ser submissa". Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-casamento-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-diz-damares-alves/> acesso em 08/09/2019. Aliás, vale salientar a reascensão do conservadorismo via retomada da direita ao poder que vem permeando a política no mundo e na América Latina. Para ver mais sobre a forte onda da direita neste continente: disponível em <https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/amlat-vaguebleue>, acesso em 28/05/2019.

Não muito diferente do que se discute hoje, no início da formação dos movimentos feministas, a compreensão da bandeira de luta dessas mulheres foi erroneamente definida apenas pela ideia de superação e ódio aos homens, ocasionando assim uma maior resistência em apoio à causa, já que em todo processo de mudança social e política que visa essencialmente romper com estruturas conservadoras, os grupos que questionam são tidos como transgressores da ordem estabelecida.

Analisando essa inserção do conceito de gênero dentro da discussão do sistema patriarcal de sociedade, Safiotti (2004) faz algumas ressalvas. Para ela “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTTI, 2004, p.47). A autora critica esse conceito enquanto limitado da forma como está posto dentro do debate das teorias feministas, primeiramente por ser muito amplo³ com relação ao patriarcado, já que o gênero está em nossa sociabilidade anos à frente, não podendo ser equiparado com o patriarcado que tem em sua estruturação as sociedades de classes, e o capitalismo que também tornam desiguais e opressoras as relações de gênero.

Dentro da estrutura heteropatriarcal, o debate cunhado por Safiotti (2005) é muito relevante, pois para ela a imbricação de raça, classe e gênero não pode ser excluída, já que essas três dimensões reforçam o modus operandi de um funcionamento balizado pela opressão e exploração.

O difícil é lidar com o nó formado pelas três subestruturas: gênero, classe, raça/etnia. [...] De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevo distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da realidade-novelo patriarcado-racismo-capitalismo-historicamente constituída (SAFFIOTTI, 2005, p.59).

Desta maneira podemos afirmar que temos como base da violência patriarcal a soma da exploração capitalista, com o racismo e a opressão de gênero, soma esta que solidifica e dimensiona a densidade desse sistema de violência. Sem essa junção não seria possível que

³ Na diversidade de gêneros temos: identidade; orientação sexual; sexo biológico e expressão de gênero (Fonte: Identidade e orientação sexual. Associação para o Planejamento da Família, 2019. Disponível em:< <http://www.apf.pt/sexualidade/identidade-e-orientacao-sexual>> Acesso em: 27 de Set.de 2019).

essa sociedade patriarcal tivesse o controle desses grupos, e ao fazer o recorte de raça, classe e gênero, não haveria tantos lucros provenientes dessa opressão e exploração.

De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2017), uma mulher, negra e trabalhadora, mesmo tendo rendimento maior, com valorização entre (1995 e 2015), continuam ganhando menos. Isso demonstra que a mulher negra, ocupa espaço de desvalorização base da pirâmide social, com relação à mulher branca, sendo triplamente atingida por raça, classe e gênero dentro dessa estrutura patriarcal, mais precisamente em nossa sociedade brasileira, a qual tem sua base fundante no sistema de escravidão, com marcas e *modos operandi* ainda tão presentes em nossa história.

Dados do Atlas da Violência 2018⁴ no Brasil apontam que, em dez anos (2006-2010), a taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 15,4%, e em 2015, entre as vítimas de estupro 56,8% eram mulheres negras. Esses são alarmantes e confirmam quem dentro dessa estrutura patriarcal as mulheres negras são mais atingidas, ainda com uma redução na taxa de assassinatos de mulheres não negras.

O mandato patriarcal é algo construído socialmente, e não deve ser visto como algo inerente à masculinidade, e/ou um problema apenas dos homens com as mulheres, mas sim como uma questão estrutural, de fundo econômico-cultural e ideológico, afirmando cotidianamente, de todas as maneiras, que essa masculinidade é a mais potente.

Esse olhar que reforça potencialidade masculina reforça a desqualificação feminina e também indica a misoginia construída por esse ódio às mulheres, reforçando que essas mulheres não merecem respeito ou admiração. A construção dessa relação de violência que inicialmente é uma desqualificação permanente, feita de várias maneiras, desde a maneira sutil, sendo essa uma forma de violência simbólica, que afeta a autoestima e contribui em certa medida, para que muitas mulheres continuem com seus agressores em relações tóxicas.

A mudança desse cenário deve ser responsabilidade de toda sociedade, já que a cultura é uma influência muito forte, através das práticas sociais que vão moldando os discursos, os símbolos e reforçando esse sistema de opressão, e violentando cotidianamente a vida das mulheres. Ampliar esse debate é uma das formas de mudança para uma consciência a favor das liberdades individuais na vida das mulheres. Isso reflete a importância do movimento

⁴Atlas da violência 2018. Acesso em:05/05/2019> Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/as-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-da-violencia>

feminista, não só pela sua militância, mais precisamente por uma mudança capaz de causar reflexões, para uma nova perspectiva de um modelo de sociedade que comporte de maneira equânime todos os indivíduos. Sem perder de vista o que autora nos diz: “Nenhum feminismo deseja uma sociedade sem homens, mas sim uma sociedade sem patriarcais” (SAFFIOTI, 2009, p. 20).

Pensando nisso, a autora sugere que precisamos buscar maneiras de reconfigurar às bases de educação familiar, antes de qualquer indicação de mudança apenas pelo viés da base educacional. Nesse sentido, a autora ressalta: “Urge que a educação, em todos os níveis, seja oferecida ao povo brasileiro, com recorte de gênero enfoque democrático, ou seja, em direção á igualdade de homens e mulheres.” (SAFFIOTI, 2005, p.73).

Todos os indivíduos são influenciados por essa cultura patriarcal, que massivamente reforça estereótipos através de simbologias, ideologias que dentro da organização social interferem na sociabilidade e nas relações entre os seres. Ao pensar em uma nova forma de cultura anticapitalista e patriarcal, será possível vislumbrar um futuro, desprendido das lentes machistas, discriminatórias, para que relações interpessoais se tornem saudáveis e livres de controle, como é pautado pelo patriarcalismo.

Ao dizer que a sociedade é patriarcal, estamos afirmando que as relações entre homem e mulher são dadas propositalmente de forma desequilibrada, fixadas pela relação de poder, e dessa forma as práticas patriarcais moldam as mulheres como inferiores a partir da visão dos homens, além de influenciá-los também⁵, donde deriva um custo – certamente diferenciado do alto custo para a mulher ao longo da história.

Assim, é evidente que essa opressão causa adoecimento também aos homens, mais ainda àqueles que por não terem o perfil de macho, lidos como afeminados, perdem seus privilégios e acabam sendo oprimidos por aqueles que não o enxergam como semelhantes.

O que a autora sugere não é uma alternância de poder, mas sim uma desconstrução desse sistema de opressões, onde todo e qualquer corpo tido como diferente do padrão do

⁵ Este debate sobre consequências aos homens acerca do patriarcado não é nosso foco de reflexão neste trabalho. Walser-Lang (2001) traz importantes reflexões concernentes ao tema. Para ver mais: WALZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis: Revista Estudos Feministas / UFSC, Vol. 09, nº 02, 2º semestre, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>, acesso em 28/05/2019.

macho é estigmatizado e oprimido nesse processo. É importante frisar essa questão, pois as engrenagens do conservadorismo tendem a reforçar erroneamente, mas de forma proposital, um discurso fragmentado e distorcido já que o machismo sistêmico não está comprometido em romper com os seus privilégios.

A imbricação de classe, gênero e raça discutidos pela autora nos mostra que essas contradições sociais básicas, devem avançar no mesmo tempo para transformar as estruturas, não tendo uma ordem de classificação.

A relevância dessa pauta como plural para toda sociedade, nos permitirá promover avanços e mudanças na estrutura social pela ampliação das liberdades individuais e fortalecimento de outras pautas, como àquelas provenientes das demandas do movimento LGBT.

O comprometimento na luta contra todas as formas de opressão é fundamental para desarticulação desse sistema que se mantém às custas tendo dessa opressão como a divisão sexual do trabalho, o racismo e a violência de gênero.

Passamos agora à sistematização sobre o conceito de patriarcado e a relação com o Serviço Social por Cisne e Santos (2018).

1.2. O pensamento de Cisne e Santos

Segundo as autoras, na perspectiva de compreensão do conceito de patriarcado o debate e produção de conhecimento no campo do Serviço Social deve-se tomar como base o fundamento crítico cunhado por Safiotti para uma melhor intervenção sobre o campo profissional, apostando na possibilidade de romper com o conservadorismo a partir da contribuição de extrema relevância trazida pelos movimentos feministas, os quais estão alinhados amplamente com a diversidade sexual e humana.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão com uma direção social e crítica acerca a realidade posta, as autoras nos apresentam uma definição de patriarcado que agrega seu caráter articulado com o heteropatriarcado, racismo e divisão sexual do trabalho, revelando que essa categoria está para além de uma questão de gênero. Nesse sentido, afirmam

[...] a lógica do patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e a invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado

e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. Logo ainda no exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação. (CISNE; SANTOS, 2018, p.43).

Deste modo, a questão do patriarcado deve ser analisada como uma questão não meramente de poder masculino sobre o feminino. O controle sobre os corpos, vidas e relações se estendem a tudo que é visto como outro que é distante do que é masculinizado, dando inferioridade e ressaltando desta maneira a lógica falocêntrica binária e heterossexual.

Contudo, as autoras salientam que não devemos desconsiderar a importância do marcador gênero na sua perspectiva histórica. O aprofundamento desse conceito de patriarcado, por sua vez, deve abarcar outras categorias como raça e classe que de maneira estrutural foram as responsáveis por engatilhar e fortalecer essa cultura de naturalização heteropatriarcal.

A análise que as autoras nos apresentam norteia a compreensão que baseia e estrutura essa cultura patriarcal. Cisne e Santos (2018) nos apontam alguns desdobramentos que estão presentes em nossas relações sociais, cujo entendimento deve ser presente na categoria profissional a fim de fortalecer a práxis do exercício profissional na direção social da construção de uma sociabilidade sem opressões. É visto que os níveis de danos causados pelo heteropatriarcado se estendem se desdobram em todos os níveis do modo de produção e de suas relações constitutivas, o que nos chama a atenção para um olhar mais profundo, que demanda mediações diante de uma intervenção profissional.

As autoras destacam nesse quesito de estrutura heteropatriarcal relações sociais de sexo/sexualidade; a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica; a divisão sexual e racial do trabalho; e, por fim, a violência contra a mulher e a opressão à população LGBT, ressaltando que não podemos naturalizar esses elementos, pois com base na estrutura patriarcal, existe uma historicidade que foi construída socialmente com o intuito do fortalecimento e manutenção desse sistema.

No que se refere ao quesito das relações sociais de sexo/sexualidade, esse fenômeno começa a ser pautado historicamente no final do século XX com a onda do movimento feminista, que traz o debate de gênero para apresentar o elemento central e reflexivo: a desigualdade entre homens e mulheres. Esta contribuiu fortemente para alterar a lógica pensada sobre ser natural e não histórico, apontando assim a dimensão de uma construção

social do que é ser homem e do que é ser mulher. Assim, conforme as autoras: “Gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural” (CISNE; SANTOS, 2018, p.47).

Ao abordar essa questão as autoras afirmam que as relações patriarcais perpassam o viés de submissão e exploração por conta formação socioeconômica de diferenciação do que é ser homem e do que é ser mulher, o que fundamenta e permite essas opressões impostas pelo capital no contexto da sociabilidade burguesa.

Na contemporaneidade temos presenciado o avanço do conservadorismo em muitas esferas, o qual tem também como parte constitutiva essa relação patriarcal que vulnerabiliza tudo o que estiver fora da regra heteropatriarcal.

Conforme as autoras, tem havido avanço também dos estudos de gênero. Porém, mesmo sendo relevantes para tornar de maneira compreensível a questão da desigualdade entre os sexos, eles não apresentam tangibilidade suficiente sob a perspectiva das disputas materiais e ideológicas da divisão social do trabalho. Por esse motivo, é preferencialmente utilizado pelas autoras o conceito de relações patriarcais de sexo

Não se trata, portanto, de uma mera disputa linguística nem de desconsiderar contribuições importantes dadas por militantes, pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com o conceito de gênero. A questão é desvendar as relações de determinação que incidem nos fenômenos e também na forma de nomeá-los. (CISNE; SANTOS, 2018, p.55).

O modelo de família heteropatriarcal-monogâmica tem em sua gênese - não ingenuamente - nas fortes influências do heteropatriarcado, pois traz em suas condutas morais, comportamentos e ações que dialogam com produção e reprodução do patriarcado e do heterossexismo contribuindo assim para reforçar injustiças.

Para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança da família, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado. (CISNE; SANTOS, 2018, p.58).

Vemos que esse primeiro espaço de socialização é permeado por controle no cumprimento de funções e até mesmo de desejos que são suprimidos em detrimento do patriarcado. É dentro desse modelo de família que se iniciam as relações de dependência não

só econômica, como também afetiva, pois os laços que se estabelecem são estimulados por meio da culpa, da privação da liberdade do outro, sendo este outro a mulher.

Desta forma, a mulher se percebe enquanto sujeito desprovido de qualquer ação que possa sujar a honra familiar. Temos o controle da sexualidade da mulher, que a partir do mito do amor romântico, é doutrinada a ser uma boa esposa, tendo uma vida única e exclusivamente voltada para seu lar e seu marido, sendo que para os homens facultado o direito de serem livres sexualmente, o que revela assim a falaciosa ideia de um modelo familiar moralmente construído para benefício do homem.

Há, assim, por intermédio desse modelo familiar, uma internalização de valores conservadores, ou melhor, (des) valores junto às crianças: “desigualdade, competitividade, autoridade e hierarquia, preconceitos e funções sexistas” (Idem, tradução nossa). Esse sistema familiar é, portanto, “também um pilar indispensável ao Estado” (Idem, tradução nossa) (WATERS, 1979, p.88, apud CISNE; SANTOS, 2018, p.60).

É importante salientar que o propósito desse modelo é exatamente manter a base de dominação no sistema patriarcal, que assim segue oprimindo as mulheres que são duplamente exploradas, seja pelo trabalho doméstico, que é desvalorizado, sem remuneração por não ser enquadrado sob os moldes capitalistas como valor de troca, seja pela sua inserção no mercado de trabalho com baixos salários quando desempenham a mesma função de homem, pelo simples fato de serem mulheres. Podemos citar como exemplo do que as autoras abordam a Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as mulheres ganham em média 20,5% menos que os homens no país. Quando se trata da mulher negra, a mesma instituição de pesquisa nos traz o dado chocante de que elas ganham apenas 36,5% quando comparadas aos homens brancos⁶. Assim, percebe-se que a exploração no campo da divisão sexual e racial no trabalho, confirma-se o abismo de um grupo em detrimento do outro, indicando dessa forma que essa desigualdade é marcada por um sexo e uma cor que compõe o dinamismo no mercado de trabalho.

Esses dados comprovam a precariedade na condição das mulheres trabalhadoras, a fim de garantir a mão de obra feminina na sociedade capitalista. Quando partimos para aprofundar

⁶ Mirla Cisne (2014, p. 28) traduz com dados do IBGE a escala decrescente desde homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Para ver mais: CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

essa análise pelas determinações da divisão sexual e racial do trabalho, esses dados são ainda maiores, pois sendo a sociedade brasileira fundada pelo sistema escravocrata, e o último país a abolir o sistema de escravidão nas Américas, após mais de três séculos de trabalho e sem nenhum sistema de reparação social, temos assim uma posição de desprestígio desses trabalhadores, e mais precisamente, quando fazemos o recorte de raça e gênero. Assim, conforme as autoras

Para tanto, é importante compreendermos a divisão sexual e racial do trabalho para que possamos entender que as opressões racistas e patriarcais possuem uma base material, que tem, como fim, a manutenção de uma sociedade pautada na exploração. (CISNE; SANTOS, 2018, p.62).

A forte ideia que fundamenta a divisão sexual do trabalho envolve a função produtiva dos homens, já que os mesmos foram destinados socialmente a ocuparem funções que estão associadas e fincadas de um prestígio social, enquanto para as mulheres restou a função de serem as reprodutoras, lugar que é defendido biologicamente e construído socialmente para ser aquela que provê os cuidados, tendo isto influenciado profissões inteiras como as do cuidar, portanto, vistas como femininas. Dessa forma, dizem as autoras: “A percepção dessa dimensão sexual nos possibilita dar visibilidade às relações de desigualdade e exploração que permeiam os trabalhos considerados femininos, como os domésticos.” (CISNE; SANTOS, 2018, p.63).

Salientamos que o patriarcado cerceia também o direito sexual das mulheres, nesse quesito, o seu direito reprodutivo, e dentro dessa lógica reforça a dominação do corpo feminino. Assim, sem lugar de escolha essa mulher enquanto sujeito de direito na sociedade heteropatriarcal não raras às vezes não tem a possibilidade de tomar decisões relativas ao seu próprio corpo.

Quando o discurso é racializado, é possível afirmar que as disparidades são ainda maiores o que numa lógica capitalista favorece e mantém as mulheres negras trabalhadoras na base da pirâmide social, sem acesso a direitos básicos e totalmente vulneráveis a todo tipo de violência. A força ideológica patriarcal é o fator que impulsiona a opressão sofrida pelas mulheres e também pela população lgbt. Essa opressão se dá de várias formas, como por meio do controle e medo.

Controle e medo que se combinam para assegurar condições de exploração, de opressão, violação de direitos, violência e garantia da reprodução da propriedade privada, o que demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as

relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão da diversidade humana. (CISNE; SANTOS, 2018, p.45).

Observemos nesse campo que a reprodução dessas violências é fortalecida pelos paradigmas da cultura do patriarcado. Essa cultura de desigualdades presente na vida das mulheres e da população lgbt tem se desdobrado em violências físicas e simbólicas.

Com o avanço dos movimentos feministas a luta pela livre expressão da diversidade sexual de gênero, dentro dessa cultura que compulsoriamente condicionou as nossas relações sociais sob uma única perspectiva de existência, é uma ameaça os grupos de poder hegemônico e seu conservadorismo.

No ano de 2006 é sancionada a Lei 11.340 também conhecida como a lei Maria da Penha esta lei recebeu este nome devido a um caso de uma mulher que foi vítima de violência doméstica por vinte anos, sendo o seu agressor o próprio marido. O intuito da lei é proteger as vítimas de violência doméstica e familiar que estejam sujeitas a violência física, psicológica e moral e penalizando assim os seus agressores.

Após 13 anos da Lei Maria da Penha, uma conquista para todas as mulheres, vemos que os índices de mulheres, que tem a sua integridade física violada continuam sendo cotidianamente atualizados com estatísticas que assustam, onde apontam que a cada sete segundos, uma mulher sofre violência no Brasil, dados instituto Maria da Penha⁷.

Em 2015 a legislação brasileira, sob o art.121 do Decreto Lei nº 2.848/40 inclui a tipificação do feminicídio. De acordo com o Dossiê do Feminicídio, o feminicídio significa

O feminicídio é a expressão fatal das diversas violências que podem atingir as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias. (Fonte: Dossiê Feminicídio, 2015).

Segundo a Organização das Nações Unidas, o Brasil é o quinto país com a maior taxa de feminicídio no mundo⁸ e de acordo com o levantamento realizado pelo Monitor da violência, em 2018 a cada duas horas uma mulher é morta no país.⁹

⁷Fonte: 12 mil mulheres são agredidas diariamente no Brasil, aponta pesquisa. IEA USP, 2019. Disponível em:<<http://www.iea.usp.br/noticias/-2>> Acesso em 19 de mai. de 2019.

⁸Fonte: Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Exame, 2019. Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>> Acesso em 18 de mai. de 2019.

Com relação a violência que atinge a população LGBT as autoras a caracterizam:

Compreendemos a LGBTfobia como uma expressão deletéria do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Entendendo-a como uma prática que limita e obstaculiza a liberdade a liberdade e a vida dos indivíduos, esse tipo de violência nos faz pensar o quanto ainda estamos na “pré-história” da humanidade mediante o recrudescimento do conservadorismo e a crescente violência. (CISNE; SANTOS, 2018, p.124).

Sob essa perspectiva podemos analisar que as autoras se atentam para construir esse conceito fugindo a regra da conceituação genérica, que em apenas um locus ressalta e define esse tipo de violência como homofóbica, não abarcando toda a diversidade sexual das pessoas que compõem a sigla LGBTQI+. Assim, ao ser pautado esse conceito de violência lgbtfóbica se inclui no mesmo guarda-chuva da diversidade todas as violências sofridas contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros (transexuais e travestis), queer, intersexo, assexuais, e mais, aglutinando todas as especificações, dando-lhes a visibilidade para cada uma seja devidamente respeitada.

As práticas de violência lgbtfóbica podem ser vistas também pela falta de representação das diferenças, pois mesmo diante de uma vastidão amplamente demonstrada pelo movimento, há um questionamento da necessidade de incorporar tantas letras numa só causa.

A lesbo/homo/bi/transfobia são manifestações da violência. A população LGBT é historicamente alvo de violência, que se materializa tanto na violência física quanto em sua dimensão sociossimbólica. Nesse último tipo, muitas vezes, atributos físicos levam suposta identificação de comportamentos, modos de ser, em que individualidades são predefinidas com base em critérios moralistas, de caráter ideológico e normativo que se encontram enraizados na forma de preconceito (CISNE; SANTOS, 2018, p.126).

Uma forma de violência comumente sofrida por toda população lgbt é a psicológica que começa dentro do ambiente familiar. A falta de aceitação no cerne da família é a primeira barreira a ser enfrentada. Diante disso muitos lgbts passam a esconder a suas vivências e práticas orientadas pela sua sexualidade não heterossexista. O chamado “armário” é uma metáfora que designa um local de isolamento social, onde se carrega sozinho/a o peso e

⁹Fonte: G1, 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>> Acesso em 18 de mai.de 2019.

angústias que essa sociedade heteropatriarcal impõe por um moralismo e um tabu sexual, viabilizando uma sociabilidade permeada por muitos e constantes sofrimentos por parte desses sujeitos, seja física, seja psíquica.

Entretanto, tais sofrimentos não tornam essas pessoas possuidoras de patologias pelo fato de compreenderem lgbts, por não se enquadrarem dentro da heterossexualidade e da orientação sexual não binária. Mesmo assim, sabe-se que há projetos de lei onde estas pessoas seriam ainda mais discriminadas, via enquadramento como doentes, passíveis, portanto, de cura: a famigerada “cura gay”¹⁰. Mesmo que estes projetos de lei não tenham sido aprovados¹¹, a luta contra uma compreensão sobre a população lgbt pela visão de uma suposta doença vem ocorrendo desde o campo da saúde, como evidenciamos a seguir.

Conforme as autoras, é válido evidenciar que a palavra homossexualismo, muito usada pela sociedade para designar os indivíduos que se relacionam sexual e afetivamente com outros do mesmo sexo, carrega em seu teor a definição que traz consigo a indicação de um distúrbio psicológico, pois o sufixo *ismo* é utilizado para indicar algumas patologias: “A homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia estão presentes, também, na patologização que tenta transformar especialmente as expressões da transexualidade em doença.” (CISNE; SANTOS, 2018, p.127). É importante frisar, que mesmo as autoras colocando essa questão entendemos que o sexo é compreendido como genitália e não dá conta de explicar a homossexualidade.

No dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde retirou o homossexualismo da lista internacional de doenças, deixando de ser um distúrbio mental. A partir disso a data passa a ser comemorado em todo mundo, como o Dia Mundial de Luta contra lesbo/homo/bi/transfobia.

É importante frisar que somente no ano de 2018, ou seja, após 28 anos que foi retirado o homossexualismo da lista de patologias é que a OMS retira a transexualidade do rol de transtornos mentais, mais se mantém na lista de incongruência de gênero, o que demonstra uma maior violência e discriminação para as/os transexuais e travestis.

Para Cisne e Santos (2018) estas violências são de todas as ordens e podem ser vistas também na formulação de políticas práticas profissionais e instituições de saúde, as quais

¹⁰ O Projeto Cura Gay, é um Projeto de Decreto Legislativo (PCD 234/2011) que propõe eliminar a homossexualidade do indivíduo por meio de terapias de reorientação sexual, conversão ou reparativa. Fonte: Entendaoprojetodacuragay.Jusbrasil,2019.Disponível em:<<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay>> Acesso em 22 de Set. de 2019.

¹¹ Até o momento em que este trabalho foi escrito.

tendem a seguir essa orientação segregatória e diante de um atendimento, optam por um viés de prestação de serviço a esses usuários que viola os direitos dessa população, desrespeitando assim a diversidade sexual humana desses indivíduos.

De todas as violências a mais fatal e recorrente na vida da população lgbt é a violência motivada pelo ódio, influenciado pelas questões como as trazidas anteriormente, dentre outras, que se desdobra em mortes violentas. Sobre isso as autoras problematizam

Os acontecimentos envolvendo a violência contra LGBT autorizam uma constatação: a fragilidade do Estado de direito e a naturalização da violência. Mesmo considerando conquistas importantes na judicialidade referentes ao universo LGBT, a realidade evidencia que a violência LGBTfóbica permanece como prática sociocultural enraizada. (CISNE; SANTOS, 2018, p.128).

Os crimes de ódio são motivados por uma crença moral e discriminatória dentro a lógica da sociedade heteropatriarcal, o que demonstra um ódio a todos os indivíduos que transgridem as leis e normas para a operacionalização desse sistema do patriarcado.

Mesmo com o avanço de políticas e programas de combate à discriminação e preconceito contra a população lgbt, os números apontam que os crimes com forte requinte de crueldade a esses indivíduos é cada vez maior, e no Brasil esses dados são ainda maiores, pois de acordo com Grupo Gay da Bahia em 2017¹² registrou-se 445 casos sendo o país onde mais se matam pessoas lgbts no mundo.

A maioria dos casos de morte abordados, ainda que apresentem com maior contundência de elementos que confirmam que temos um crime de ódio motivado única e exclusivamente pela diversidade sexual da vítima, ao ser noticiado, não é dada essa notoriedade, o que apresenta a total naturalização dessas mortes em detrimento de uma moral e ordem que precisa ser mantida. Afinal em um país que se oferece cura gay, quem se importa com a morte desses indivíduos “doentes”?

¹²Fonte: Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>> Acesso em: 19 de Mai.de 2019.

Em Fevereiro 2019, começou a ser debatida a questão da Criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal¹³, sendo essa uma das pautas mais antigas do movimento lgbt brasileiro.

Ainda hoje não temos na legislação penal brasileira o crime expresso a pessoas lgbs, mesmo estando previsto constitucionalmente em seu Art. 5º da Constituição cidadã de 1988 que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. A falta desta legislação afeta diretamente a vida desses indivíduos que historicamente são marcados por uma discriminação causada pela sociedade heteropatriarcal. Dessa maneira, sem leis que protejam a vida da população lgbt e com a forte influência de uma sociedade totalmente enraizada no sistema heteropatriarcal, podemos afirmar que existe uma violência sistêmica. Sobre isso as autoras afirmam

As entidades de defesa dos direitos LGBT afirmam que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de LGBT. De acordo com o levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) que monitora, realiza pesquisa e faz um importante registro dos assassinatos de homossexuais no Brasil, os índices são alarmantes, mesmo considerando que podem ser inferiores à situação real, pois como afirma o GGB (2003), os crimes praticados contra LGBT ainda são subnotificados, prevalecendo a inexistência de dados oficiais sobre o assunto. (CISNE; SANTOS, 2018, p.130).

Dentro desses dados é importante fazer o recorte no que se refere às travestis e as/aos transexuais que dentro do guarda-chuva da diversidade sexual, são os mais afetados pelos crimes de ódio. Esses crescentes números que apontam que a cada 19 horas, uma pessoa lgbt é morta no Brasil, por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Isso nos revela que seguindo a lógica da sociedade heteropatriarcal que separa os indivíduos pelo gênero masculino e feminino, quando nasce uma/um travesti, transexual ou transgênero esse indivíduo, ele está totalmente fora dos padrões binários. Contudo, seu sexo biológico não é o que vai lhe designar como homem ou mulher, mas sim as suas experiências de acordo com gênero, sem imposição biológica.

¹³ Fonte: STF vota criminalização da LGBTfobia. Brasil de fato, 2019. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/14/stf-vota-criminalizacao-da-lgbtfobia-nesta-quinta-14-conheca-os-argumentos/>> Acesso em: 19 de Mai.de 2019.

Podemos assim compreender que a violência que essas pessoas sofrem é marcada, além de uma violência patriarcal, que venera o macho, também pela misoginia e pela transfobia. Esses corpos transgridem totalmente a lógica de funcionamento desse sistema, o que demonstra uma ameaça à ordem e moral dessa sociedade. Assim, entendemos que não se pode negar que o Estado, com seus agentes conservadores, estão massivamente buscando meios de apagar e silenciar essas questões, quando afirmam que há uma ideologia de gênero, ou quando dizem que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (ALVES, 2019)¹⁴.

A perpetuação desses discursos falaciosos denota o avanço conservadorismo para manter o sistema de privilégios que garante a exploração e opressão nessa sociedade patriarcal. Desse modo, as autoras apontam que

Esse cenário corrobora com o dado de o Brasil ser o país mais LGBTfóbico do mundo e evidencia fortes desafios para o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao mesmo tempo que revela a importância da incorporação do feminismo e de defesa do direito à diversidade sexual na formação e atuação profissional. (CISNE; SANTOS, 2018, p.133).

É importante frisar que esse conservadorismo também esteve presente dentro da trajetória do Serviço Social e que o Movimento de Reconceituação da profissão¹⁵ foi crucial para que a categoria fosse capaz de rever de forma crítica as práticas adotadas e firmar raízes de acordo com os princípios éticos, teóricos e metodológicos. No que se refere à produção teórica da categoria, muito se agrega para com o conhecimento produzido, abordando questões teóricas, bem como o que se experiencia na prática, para rever as condutas, limites e possibilidades no exercício profissional. Assim, passamos agora a aproximação feita pelas autoras Cisne e Santos (2018) com o Serviço Social.

¹⁴ Declaração dada pela ministra, após seu discurso de posse, onde segundo ela é uma nova era no Brasil, reforçando a narrativa falaciosa de uma ideologia de gênero. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministra Damare Alves posse em Janeiro, 2019, esse mesmo ministério que teve a primeira medida provisória desse atual governo, nº 870/19 retirando os direitos da população LGBT e as informações contidas no antigo site do Ministério dos Direitos Humanos as informações relativas 1º Conferência Nacional GLBT.

¹⁵Sobre o movimento de reconceituação segundo Faleiros “[...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

SEÇÃO II – A categoria frente ao patriarcado e a militância de Movimentos Sociais

2.1. APROXIMAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

As autoras buscam aproximar mais o tema do feminismo e da diversidade sexual do Serviço Social, pois mesmo não sendo um debate recente, ele trazem elementos que subsidiam um novo olhar para uma análise embasada na dialética marxista e com o conceito de patriarcado como fundante e impulsionador para as bandeiras de luta do movimento feminista e de suas discussões de gênero.

Diante das particularidades da chamada questão social¹⁶, as quais interferem diretamente sobre a vida da classe trabalhadora, não somente pelas condições de vida, bem como pelo racismo, sexismo, machismo, a produção do Serviço Social, as autoras pontuam a importância de uma atuação profissional, comprometida com a reafirmação do projeto profissional emancipatório nesses tempos sombrios, como forma de resistência e atuação política condicionada às determinações sócio históricas no âmbito da sociedade capitalista heteropatriarcal.

A contribuição do Serviço Social no campo da diversidade sexual abre um leque de discussão e conhecimento relevante para toda categoria profissional, que em sua prática interventiva tem impreterivelmente, além dos elementos técnicos, precisa ter arcabouço teórico que contemple as distintas necessidades da classe trabalhadora.

Segundo Cisne e Santos (2018) a aproximação da categoria profissional com esse debate se inicia com as articulações político-organizativas dos conjuntos: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Na década de 1980, no ambiente das discussões do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), abria-se um caminho reflexivo: o Serviço Social fez uma virada teórico-metodológica e ético-política que colocou a profissão em outro patamar acadêmico e, também, político com articulação no campo das esquerdas, em

¹⁶ O conceito de questão social segundo Yamamoto “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 1999, p.27).

que os marcos fundamentais foram a crítica, a recusa e a ruptura com o conservadorismo (CISNE; SANTOS, 2018, p.167).

Essa articulação das entidades representativas estudantis e profissionais que compõem a categoria profissional é crucial para estimular e assumir para si esse debate e essa luta, de maneira que, repensando essas questões, a categoria também busca consolidar o que prevê o Código de ética da profissão em seu “Art. 6: Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” (Código de ética do/a Assistente Social, 2012, p.23).

Nesse fundamento ético todo profissional deve se amparar uma vez se trata de um princípio norteia a intervenção profissional livre de preconceito social, racial e sexual, respeitando a diversidade no sentido amplo, rejeitando e denunciando o padrão de dominação que interfere nas formas de pensar, agir na expressão livre dentro das individualidades dos sujeitos, conforme Cisne e Santos (2018).

Ao pensar nesse cenário, de uma sociedade extremamente marcada pelo heteropatriarcado, que influencia e molda as relações sociais em todos os níveis, as autoras apontam que o Serviço Social não deve ficar alheio, pois as demandas trazidas pela população usuária apresentam os rebatimentos dessa sociedade.

Com base nesse olhar de empenho e incentivo de mudança de fora para dentro da categoria observa-se que, ainda que não se tenha rompido completamente dentro do exercício profissional¹⁷ com as bases conservadoras, o debate sobre a questão da diversidade sexual, não poderia deixar de ser apoiado pela profissão, uma vez que, com a construção de um novo cenário para a luta da democratização da diversidade sexual, deve ser um dever da categoria para a corroborar com os direitos da classe trabalhadora. Mas, sobre esse ponto as autoras advertem

¹⁷Este debate sobre a presença do conservadorismo no Serviço Social contemporâneo não é parte do nosso trabalho, mas não se pode negar que ainda exista, muito embora as posturas críticas façam parte do conjunto do que compõe o Projeto Ético-Político da Profissão. Para ver mais: BEHRING, Elaine Rossetti; RAMOS, Sâmia Rodrigues. *A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas*. Anais 37 Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, Brasília - DF: CFESS, 2008. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Anais_CFESS_CRESS_2008.pdf, acesso em 03/06/2019.

O que dizer de uma profissão como o Serviço Social que tem no conservadorismo um dos seus alicerces, contra o qual várias gerações profissionais se insurgiram, considerando a capacidade de o conservadorismo se atualizar na sociedade e na profissão? (CISNE; SANTOS, 2018, p.169).

As autoras apresentam as primeiras reflexões sobre essa temática com a Campanha promovida pelo Conjunto CFESS/CRESS intitulada: Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual: "O Amor fala todas as Línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito", lançada em 2007 pela gestão 2005-2008, Defendendo direitos- Radicalizando a democracia, em parceria com DIVAS – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual; LBL - Liga Brasileira de Lésbicas; ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas e a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

A campanha teve como proposição principal contribuir para que os profissionais e os usuários não aceitem nenhuma forma de discriminação por conta da sua orientação sexual ressaltando desta forma o que prevê o Art. XI do Código de ética: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (Código de ética do/a Assistente Social, 2012, p.24) Esta campanha buscou sensibilizar os assistentes sociais e a sociedade para o debate por uma livre orientação e expressão sexual, tendo em vista que é um direito humano colaborar para o aprimoramento do debate sobre a sexualidade humana e garantir respeito à diversidade humano nos espaços sócio ocupacionais do assistente social.

De fato, há uma aceitação na categoria profissional da laicidade defendida no processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, mas quando entram em cena, dentre outros, temas como a agenda feminista (especialmente a questão da descriminalização e legalização do aborto), direitos sexuais e diversidade sexual, é comum o apelo de segmentos profissionais a valores e princípios religiosos para justificar posicionamentos conservadores que incidem, especialmente, nos direitos e na liberdade dos indivíduos LGBT e das mulheres. Isso revela uma necessidade histórica quanto à continuidade do debate para afirmar e disseminar essa temática na categoria profissional. (CISNE; SANTOS, 2018, p.174).

Ao pensar como a categoria passou a debater essa temática sobre diversidade sexual, podemos afirmar o quanto a sua posição de afirmação aos direitos sociais e humanos tem pautado a evolução da profissão no sentido de que a sua existência está condicionada às determinações sócio históricas no âmbito da sociedade capitalista heteropatriarcal.

No que tange a temática sobre Movimento LGBT temos outras publicações realizadas pelo Cfess: *Cfess Manifesta*; livros; peças temáticas e Revista Inscrita¹⁸.

Dentre as publicações de 2007 até 2019 foram publicados no site do Cfess de acordo com cada item mencionado acima: 11 publicações do *Cfess Manifesta*¹⁹ sobre Movimento Lgbt, abordando de maneira muito minuciosa pautas do movimento como a visibilidade lésbica e trans; a luta contra a homofobia; a Conferência Nacional LGBTT e o Orgulho LGBT.

Em 2016 foi publicado o livro que faz parte da série Assistente Social no combate preconceitos, com objetivo de nortear o exercício profissional livre dos variados tipos de preconceito, dividido em cinco cadernos. No caderno 4 é abordada a transfobia, preconceito sofrido pelas travestis, transexuais e transgêneros, e foi a única publicação de livro abordando a temática encontrada no site

As peças temáticas são campanhas no formato de cartazes, folders, adesivos para divulgação da categoria e de temas que estão ligadas as pautas de luta. Em 2006 foi publicizado o cartaz “*O amor fala todas as línguas assistente social na luta contra o preconceito*” e em 2014 o cartaz com tema Visibilidade Trans: “*Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito.*”

E por fim, a Revista Inscrita que nas 14^o edições publicadas conjuntamente pelo conjunto Cfess-Cress, traz artigos enquanto produção de conteúdo dentro da categoria e seu posicionamento ético-político de assuntos pertinentes a categoria, além de um registro dos acontecimentos contemporâneos. De 1997 até atualidade foram publicados 14 volumes, tendo duas com artigos sobre a temática que envolve questões da população lgbtq+ a primeira na edição do ano II, nº4 de maio de 1999 com tema: *Parceria civil entre pessoas do mesmo sexo ou pacto de solidariedade*, com texto de posicionamento favorável, escrito pela assistente social Maria Inês Bertão. O volume nº 14, ano 10 de dezembro de 2013, traz na publicação o artigo do assistente social Guilherme Almeida, abordando o tema: *O trabalho profissional do serviço social e o cotidiano das pessoas transgêneros: discutindo algumas interseções*²⁰. Sobre essa aproximação as autoras afirmam

¹⁸ Durante a construção deste presente trabalho, foi realizada a pesquisa todas as publicações que estão no site do CFESS que abordavam o tema proposto até o ano de 2019, conforme descrição neste trabalho.

¹⁹ O CFESS Manifesta são produções textuais elaboradas pelo conselho, como formar de afirmar o compromisso político sobre temas relevantes na sociedade e o trabalho profissional.

²⁰ Para ter acesso aos conteúdos acessar o site: www.cfess.org.br.

As entidades da categoria e dos estudantes tiveram e seguem com bastante responsabilidade pelo aprofundamento dessa inserção temática, dada a condução política de entender a relevância da diversidade sexual e buscar caminhos para inserir e aprofundar a reflexão no contexto dos inúmeros temas e questões que o Serviço Social pesquisa e interage, além do que necessário diálogo que estabelecem com os movimentos sociais com a atuação na área da diversidade sexual e da identidade de sexo (CISNE; SANTOS, 2018, p.177).

Essa reflexão traduz a essência deste estudo, pois no lugar da formação profissional é importante buscar referências que estejam alinhadas não só com a bandeira de luta da categoria profissional, mas também estranhar e questionar o currículo, manter como norte o pensamento crítico, para fortalecer as ações de caráter político e estratégico de aproximação das entidades representativas da profissão com as lutas sociais.

Historicizar a luta de um grupo de militância lgbt na universidade é produzir narrativas dentro da diversidade sexual, materializando dessa maneira proposições do projeto ético-político profissional.

2.2. O caso do GDR: Trajetória e militância para além dos muros da universidade

Nesse segundo item que envolve o objeto de estudo escolhido, irei abordar por meio do estudo de caso a trajetória do Grupo de Dissidências Sexuais e de Gênero das Residências (GDR) na UFBA e sua militância para além dos muros da universidade.

Para tanto inicialmente tratarei muito brevemente sobre grupo que foi o pioneiro na discussão e luta pelos direitos lgbt: Grupo Gay da Bahia (GGB), de forma a dar visibilidade ao importante demarcador histórico que representa este movimento social. Em seguida apresento os aspectos que culminaram no surgimento do GDR e suas ações de militância ao longo de 10 anos de formação.

O Grupo Gay da Bahia foi fundado em 1980 e é um dos primeiros grupos responsáveis em pautar as lutas do/as homossexuais no Brasil. Assim, o GGB aglomera em sua trajetória inúmeros desafios e conquistas, relatados em sistematização feita e disponível

em site próprio²¹. Têm atividades de assistência social, atividades parlamentares, de planejamento e monitoramento de políticas sociais voltadas ao público LGBTQ+, dentre muitas outras frentes de trabalho.

A título de ilustração de sua luta, estão dispostos abaixo os objetivos deste Grupo que concentra e apoia outros movimentos sociais congêneres. Estes objetivos demonstram o quanto esta luta não é nova e ainda tem muitos enfrentamentos a fazer.

1. Defender os interesses da comunidade homossexual da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia (ódio aos homossexuais), lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais,
2. Divulgar informações corretas sobre a orientação homossexual, desconstruindo o complô do silêncio contra o “amor que não ousava dizer o nome” e construir um discurso científico e correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena de gays, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil. Trabalhar na prevenção do HIV e Aids junto à nossa comunidade e outros grupos vulneráveis à epidemia.
3. Conscientizar o maior número de homossexuais da necessidade urgente de lutar por seus plenos direitos de cidadania, fazendo cumprir a Constituição Federal que garante tratamento igualitário a todos os brasileiros. Por esta razão o GGB é carinhosamente chamado de Sindicato dos Gays ou “Orgulho da Bahia” como diz Caetano Veloso (O que é o GGB (nossa história), acesso em: 28/10/2019).

Conforme demonstram estes objetivos, a história do GGB é fonte de inspiração e luta para outros indivíduos, grupos e movimentos que estão na mesma condição de existência e experiência no que tange a população lgbtq+.

Além desses objetivos fundamentais, o GGB divulga anualmente o relatório da violência contra homossexuais desde agressões até as mortes que ocorrem por LGBTfobia. Esses relatórios servem como uma forma que o grupo encontrou para contabilizar e denunciar as diversas formas de homofobia sofridas pela população lgbt.

É importante frisar a militância e pioneirismo do GGB na Bahia, por se tratar da associação que desde os anos 80 luta em defesa dos direitos homossexuais, sobretudo no território baiano. Exemplos como GGB esses são fundamentais para formação de outros grupos atuantes nas causas lgbts, para pautar as narrativas e elaborar estratégias de reconhecimento na luta contra a lgbtfobia.

²¹Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>, acesso em 28/10/2019.

Iniciando a abordagem sobre a trajetória do Grupo de Dissidência Sexual e de Gênero das Residências na UFBA (GDR) e sua forma de militância política e cultural desde sua gênese em 2009 até atualidade, foram utilizados referenciais bibliográficos dos próprios integrantes e militantes do grupo, cujas produções foram escritas em momentos distintos da trajetória, a qual será tratada no decorrer deste trabalho.

O local de surgimento do antigo Grupo Gay das Residências (GGR) hoje GDR, é dentro da Residência Universitária 1. O serviço de residência universitária é uma das ações de assistência estudantil, gestada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE/UFBA), que dentre os serviços, benefícios e auxílios visa garantir a permanência de estudantes em perfil de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação.

As Residências Universitárias da UFBA abrigam uma série de diversidade de estudantes. Existem aqueles que pertencem a grupos minoritários (mulheres, LGBTT's, negros, praticantes de religião de matriz africana, entre outros), são vítimas do preconceito e discriminação decorrentes tanto do âmbito da sociedade quanto da universidade, assim como nas residências universitárias. Com objetivos de defender os interesses da comunidade LGBTT's, combater o preconceito e de lutar por direitos é que surge no ambiente das residências da UFBA, o Grupo Gay das Residências-GGR (SANTOS, 2016, p.02).

É dentro desse contexto que começam os primeiros passos do GGR, que nesse espaço coletivo, se organiza com rebeldia e altivez contra ato discriminatório de moradores da casa. Explicamos: apenas homens moravam nessa residência, os quais se mostraram homofóbicos, não aceitando a entrada de um novo residente, gay e negro, fora do padrão de heteronormativo, por ser um homem gay lido como afeminado.

Com isso é possível afirmar que uma maior discriminação na dinâmica das relações enfrentada por esses corpos lidos e vistos como afeminados, por serem aqueles com maior identificação de proximidade ao gênero feminino. E mais ainda, se tratando de homem negro gay afeminado, as opressões trazidas por esses marcadores identitários são mecanismos de opressão em maior grau. Nesse sentido Lorde (2016)²² ressalta

Os ataques crescentes contra lésbicas e homens gays são apenas uma introdução aos crescentes ataques contra pessoas negras, porque onde quer que a opressão se manifeste neste país, pessoas negras são vítimas em potencial (LORDE, 2016)

²² LORDE, Audre. Não há hierarquia de opressão. Tradução livre por Daniela Alvares Beskow (2016). Disponível em: <<http://www.palavraemeia.com/traducoes-livres/nao-ha-hierarquia-de-opressao/>> Acesso em 02 de Out.de 2019.

Esse ato homofóbico foi o estopim para que assim outros gays da residência, e com a entrada desse novo residente com padrão desviante na casa, realizassem encontros com o intuito de propor ações contra a homofobia no espaço das residências. Assim organizaram a primeira ação de militância cultural do grupo: “Em comemoração a diversidade sexual, foi realizado o primeiro caruru do grupo na Residência 2, feito com recursos próprios, um pequeno evento com aproximadamente 50 pessoas” (GDR, 2019, p.01).

Na sua primeira edição o *Caruru da Diversidade* não havia sido nomeado dessa maneira, mas já era em si um momento de se comemorar a ação de militância e resistência que o grupo trouxe pra dentro da residência, a diversidade adentrando aquele espaço que outrora era contra a afirmação dos direitos daqueles indivíduos que estavam fora do padrão heteronormativo.

O caruru de comemoração à diversidade sexual, que em luta foi conquistada dentro do espaço da residência heteronormativa, ganhou espaço e nos anos seguintes passou a contar com o apoio financeiro da PROAE e ganha notoriedade, que em sua quinta edição no ano de 2013, tornou-se a “segunda principal atividade de luta defesa das minorias, ficando atrás apenas da Parada do Orgulho Gay de Salvador.” (SANTOS, 2016, p.3).

O *Caruru da Diversidade* faz parte da agenda anual de militância do GDR, e é um dos maiores eventos cultural e político de diversidade sexual na UFBA; recebe pessoas de várias partes do Brasil, pois o evento sempre antecede a Parada LGBTQI+ de Salvador. Em todas as edições os membros do grupo elegem uma a rainha do evento, tendo como critério de seleção, a Drag Queen que ao longo do ano teve uma visibilidade dentro da comunidade LGBTQI+.

Todo o evento é pensado em agregar e potencializar o trabalho das pessoas lgbt, desde a produção, luz, som até a contratação dos/as artistas com o intuito promover a inclusão e respeito a forma de subsistência desses indivíduos que no mercado de trabalho, enfrentam dificuldades para inserção.

Sobre o preconceito enfrentado para inserção de pessoas lgbti+ no mercado de trabalho, uma pesquisa feito pela Consultoria Santo Caos, aponta que 38% das empresas afirmam que não contratariam pessoas LGBTI+²³, o que revela o quanto a discriminação por

²³ Fonte: Os desafios dos LGBTI+ no mercado de trabalho.FolhaPe,2019. Disponível em:<<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2019/08/12/NWS,113266,70,449,NOTICIAS,2190-OS-DESAFIOS-DOS-LGBTI-MERCADO-TRABALHO.aspx>> Acesso em 02. De Out de 2019

conta da orientação sexual e identidade gênero torna a condição de vida das pessoas lgbs de extrema vulnerabilidade.

Todos os anos, desde a sua segunda edição o grupo decide pelo tema da festa buscando sempre relação com a causa lgbtq+ e a atualidade, sendo uma forma de mostrar a conexão contínua do grupo com as pautas de enfrentamento cotidiano da comunidade.

De 2010 até agora foram realizadas as seguintes edições temáticas do Caruru da Diversidade: Espaço de plurais lugares de direitos iguais (2010); Conviver com a diversidade faz a diferença (2011); Ser diferente é fazer a diferença (2012); País independente é País laico e sem Lesbo/Homo/Bi/Transfobia (2013); Meu corpo: Território Livre da sua Opressão (2014); LGBTfobia: Eu carrego a Cruz das minhas Dores (2015); TRANSgredindo o CISTema(2016); AFETE-SE (2017); Nossa Luta tem Dendê (2018) e XI Caruru da Diversidade Ballbúrdia.

Como tradição o caruru é sempre realizado no mês de Setembro, mês que se comemoram os santos gêmeos Cosme e Damião, que por conta do sincretismo religioso são cultuados pelo povo de santo em referência aos orixás Ibejis²⁴.

Porém diante dos cortes de verba na educação do atual governo federal, em 2019 a edição do caruru foi adiada já que UFBA tem sido uma das universidades primeiras federais atingidas por essa medida. O nome Ballbúrdia, também poderia ser uma alusão à declaração feita pelo atual Ministro da Educação Abraham Weintraub, de contingenciamento 30% do orçamento das universidades por promoverem “balbúrdia” em seu câmpus²⁵.

A cerca da temática escolhida para o caruru da diversidade de 2019 o GDR explica: “Ball é uma reunião de pessoas que não são bem-vindas em lugar nenhum” (GDR, 2019). Essa citação é da personagem Blanca, da série do canal Fox, chamada “Pose”. Essa escolha se deu coletivamente pelos membros do GDR, por uma disputa de narrativas a partir da sociabilidade da TV, com os héteros que assistiam futebol na sala da Residência 1.

²⁴Para ver mais sobre o sincretismo religioso que nomeia Ibejis como Cosme e Damião: Fonte: Dia de São Cosme e São Damião é celebrado com sincretismo na Bahia. Geledés, 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dia-de-sao-cosme-e-sao-damiao-e-celebrado-com-sincretismo-na-bahia/>> Acesso em 02 de Out de 2019.

²⁵Fonte: MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. Estadão, 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>> Acesso em 02 de Out de 2019. Ver também em anexo nota Residência Universitária R1 UFBA, sobre os ataques sofridos pelos residentes proferidas pelos apoiadores do atual governo após o resultado das eleições, onde já se refletia o cenário de resistência contra esse atual governo.

Para além do evento maior promovido pelo GDR, há também outras ações realizadas como o *Chá da Diversidade*, que é um encontro realizado no mês de Maio, em razão de ser o mês que se comemora o dia internacional de luta contra as LGBTfobias. Em 17 de Maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde retira o termo homossexualismo da relação de distúrbios mentais, sendo assim celebrada a diversidade e tolerância.

Com o objetivo de formação e informação, o Chá também é aberto à comunidade e com temas pertinentes à temática lgbtq+, com a participação de convidados para um bate papo. As duas primeiras edições ocorreram em 2011 com tema *Gênero e Sexualidade e os Novos Desafios do Cotidiano*, como parte do Curto Circuito - Artes, Ciências e Humanidades; e em 2013, *Descolonizando Identidades de Gênero*, que aconteceu dentro do programa UFBA em PARALAXE, que traz debates dentro da universidade para refletir e discutir as opressões de raça, classe, gênero e diversidade sexual que oprimem muitos sujeitos que compõem o espaço acadêmico.

No ano de 2017 o evento volta a fazer parte da agenda anual de ações do grupo tendo como tema: *Nem um, nem outro, todes!* Esta edição abordava o tema da não binaridade; em 2018: *Corre das Manas + Feira de Economia Criativa LGBT*, que teve como temática da mesa o empreendedorismo feminino, onde além da proposta do evento foi incorporada uma ação exposição de produtos de pequenos empreendedores lgbts da cidade. Já em 2019 o tema *Entre Existências e Resistências: Diálogos sobre Saúde e Bem-Estar das pessoas dissidentes*, alinhando debate com o atual cenário político social desse atual governo, com ações de desmantelamento das políticas públicas e a invisibilização das pautas que atingem cotidianamente a vida das pessoas lgbts.

Em 2018 foi produzido o *documentário Na Cena: Muito mais que se montar*, que traz as vivências de drag queens Ricardo Andrade (Juazeiro/Ba) que é Mila Kokaev, Noan Santos (Lauro de Freitas/BA) que é Tereza Skyper e Gabriel Victor Nunes (Jaíba/MG) que é Maria Gabriela, cujas construções nasceram dentro das residências e são todas integrantes do GDR.

Além das ações de militância que estão mais atreladas aos eventos promovidos, o grupo se nutre também como uma rede de apoio, onde o cuidado entre os membros se faz necessário como uma forma de fortalecimento e acolhimento.

O grande desafio é abranger todas as casas e o trabalho de fazer que as pessoas entendam que o agrupamento em torno dos ideais é importante diante do cenário político, das condições de subjugamento a qual pessoas dissidentes lutam para sair e dos casos de LGBTFOBIA que

ocorrem nas residências, principalmente em enquadrar enquanto homo/transfobia, sendo o mais corriqueiro, em nossa micro sociedade, como na sociedade em geral, então o cuidado é uma estratégia contra os opressores que negam as motivações homo/transfóbicas quando dos atritos e casos de intolerância e violência.

Durante esses 10 anos de militância, algumas mudanças ocorreram dentro do grupo, quando, após oito anos, deixa de ser o Grupo Gay das Residências e passa a ser o Grupo de Dissidência Sexual e de Gênero das Residências na UFBA. De acordo com o GDR

A mudança na sigla teve o intuito de contemplar e agregar, mais pessoas dando mais representatividade e voz às outras pessoas que compõem a sigla LGBTI+. A exemplo disso, no grupo às lésbicas participavam, porém havia um certo incômodo em fazer parte de uma grupo intitulado apenas como Gay das Residências, sendo que nesse caso não contemplava as diversas de gênero existentes entre todos os integrantes” (GDR, 2019, p.04).

É importante salientar sobre mudança na sigla partindo do próprio grupo, onde se constatou a necessidade de agrupar no guarda-chuva que é a diversidade sexual, outras letras que representam e compõe as mulheres dentro do movimento, ampliando a discursão sobre a visibilidade do conjunto da própria comunidade LGBTQI+.

Aprofundando a mudança da sigla, é possível afirmar que o termo dissidência é de acordo com Colling (2017)²⁶:

Uso a expressão “dissidências” em contraposição à ideia de “diversidade sexual e de gênero”, já bastante normalizada, excessivamente descritiva e muito próximo do discurso da tolerância, ligada a uma perspectiva multicultural festiva e neoliberal que não explica como funcionam e se produzem as hierarquias existentes na tal “diversidade” (COLLING, 2017)

É visto que o termo dissidência amplia o debate dentro do próprio movimento enquanto uma manifestação que problematiza a adesão da diversidade sexual, como estratégia de valoração de negócios dentro do sistema capitalista, quando esse fator se torna estratégico de aceitação de alguns corpos lgfts em detrimento de tantos outros que transgridem á norma.

²⁶Fonte: O que temem os fundamentalistas no contexto brasileiro. Revista Cult, 2017. Disponível em:<<https://revistacult.uol.com.br/home/fundamentalistas-anti-lgbt/>> Acesso em 02 de Out de 2019.

Essa transgressão é a forma de enfrentamento tendo como fonte de expressão a arte como ato político, sendo assim um ativismo de dissidência sexual e de gênero.

Com essa mudança, o GDR inicia assim suas ações ancoradas em manifestações artísticas que coadunam com essa nova fase de movimento do grupo quando possibilita eventos voltados para toda comunidade LGBTQI+ dando assim visibilidade a cada indivíduo que compõe esse arco-íris da militância.

Ao longo da trajetória do grupo, é importante ressaltar as dificuldades, dilemas da invisibilidade, conquistas e desafios que compõe a história desse movimento

Essas questões sempre me inquietaram, e no momento que pude ter contato mais próximo com o grupo, comecei a perceber que havia toda uma agenda de luta dentro e fora do ambiente das residências, para além do famoso e maior evento que é o *Caruru da Diversidade* e pude assim indagar essas questões que são elementos de construção de um grupo para ser revelado. Quais são as dificuldades enfrentadas na militância do grupo desde o seu início até os dias atuais? Quais são os dilemas de invisibilidade? Quais as maiores desafios e conquistas ao longo da trajetória do grupo?

Sobre as dificuldades enfrentadas, a adesão de novos membros para somar na construção das ações e eventos do grupo é a mais evidente por ser muito baixa, já que a configuração do grupo depende da rotatividade de novos residentes. Nota-se que no início do grupo, há 10 anos o cenário era outro, e o interesse dos residentes naquele momento eram de maior engajamento á causa, já os novos residentes se sentem menos interessados ao aderir à luta, pois já existe naquele ambiente uma militância forte e consolidada, num ambiente livre e aberto para experiências daqueles corpos. Isso dificulta as atividades internas do grupo, pois a participação acaba sendo com baixa adesão dos novos residentes e a concentração de todo o movimento fica apenas na residência 1, deixando assim as residências 2,3 e 5 desprovida de ações dentro daquele ambiente.

Com relação aos dilemas de invisibilidade que envolve o grupo, o relato está voltado a questão diversas, pois mesmo atuando e tendo um certa autonomia enquanto grupo, as invisibilidades atravessam essa atuação, o que é não é uma novidade, quando se trate de corpos de indivíduos invisibilizado de maneira proposital dentro dessa sociedade.

Um dos dilemas experienciados na trajetória está relacionado ao não reconhecimento do grupo como o responsável em promover os eventos como *Caruru da Diversidade*, *Chá da diversidade* entre outros, o que para a uma parte da comunidade acadêmica, são eventos da

PROAE ou da residência, sem reconhecer que naquele espaço existe um grupo de militância LGBTQI+ e que essas ações culturais são promovidas pelo grupo, como o intuito de usar a arte como forma política de ocupar e resistir naquele espaço. Outro dilema seria a respeito da imagem de um grupo como mero produtor de eventos, sem reconhecer a relevância dessas ações que são abertas para toda comunidade acadêmica e para toda a comunidade baiana, que busque interesse em se aproximar desses debates que são as bandeiras de luta da comunidade LGBTQI+.

A respeito dos desafios trajetória do GDR, é importante salientar que o maior a ser enfrentado pelo grupo, é a limitação da militância com maior presença no espaço da universidade.

O grupo reconhece que estando inserido nesse lugar acadêmico, o seu compromisso também deve estar atrelado ao tripé da universidade, mais precisamente a extensão, porém é desafiador romper com as barreiras e ampliar as vozes fora desse ambiente, pois a composição dos membros é majoritariamente de pessoas do interior do estado da Bahia, e é um desafio se inserir na metrópole e adentrar alguns espaços para apresentar, divulgar a militância.

No que tange as conquistas, a maior delas foi à diminuição dos casos de lgbtfobia dentro das residências, pelo empenho ativo e permanente do grupo, em fazer com que outros residentes reconheçam seus conceitos sobre as pessoas LGBTQI+ tornando a convivência nas residências respeitosa com pessoas dissidentes; O acolhimento e coletividade do grupo ao promover os eventos, tendo em vista que nessas ações, o grupo cede o espaço da casa (decisão tomada em assembleia com todos os moradores da residência) de forma gratuita para artistas da cena LBTQI+ de Salvador para divulgação dos seus trabalhos; A prioridade em contratar profissionais não só LGBTQI+, mas também mulheres negras, ou pessoas que tenham algum tipo de aproximação com a causa LGBTQI+ para trabalharem no Caruru desde som, luz e preparação da comida; A feira de empreendedorismo LGBTQI+, um espaço que possibilita que os empreendedores divulguem seu trabalho, dando oportunidade a essas pessoas que passam por mais dificuldade de empreender e manter seu sustento e a forte influência e incentivo do grupo no surgimento de outros grupos lgfts dentro das residências de outras universidades do país.

Anualmente ocorre o Encontro Nacional de Casas de Estudantes (ENCE) e Encontro Norte Nordeste de Casas de Estudantes (ENNECE) e nesses encontros ocorrem formação,

debates sobre os temas relacionados à comunidade LGBTQI+ que são sempre liderados por membros do GDR.

Hoje na composição atual 2019.2 do GDR temos: Debora Cruz; Eloy; Gustavo Caldana; Gustavo Domingues; Gustavo Brandão e Thales Fonseca. Cada membro exerce uma função, onde é dividido em representação que é dupla e se divide as tarefas de coordenação; cargo do relacionamento com a PROAE e as Residências; atendimento ao público externo e outros coletivos. A tesouraria fica a cargo de uma pessoa para a administração dos recursos financeiros. E para monitoramento nas redes sociais do grupo, todos os membros dão sugestão de pautas/publicações. Esses cargos são disponibilizados na reunião de balanço de final de ano, onde são eleitas as duas pessoas da representação e a tesouraria.

Em suas atividades internas podemos pontuar o combate a todo tipo de discriminação e intolerância dentro das Residências, endossando junto a PROAE quando ocorrem esses tipos de caso; estratégias para combater e identificar as motivações de resistência que impedem que mais pessoas adentrem ao grupo; exibição de filmes e séries com temática LGBTI nas Residências, acompanhado de debates.

O histórico e a trajetória do GDR trazem em sua essência um viés de militância política e a experiência de como grupos historicamente marginalizados estão sempre em luta constante por legitimidade e reconhecimento de por suas pautas pelo direito de existir nessa sociedade.

Problematizar e dá visibilidade a esse grupo por sua história e significativa luta em prol dos direitos das pessoas dissidentes na cidade de Salvador se faz necessário em nossa contemporaneidade, mais precisamente nesse governo atual que tem sido marcado de recrudescimento do conservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista esse percurso investigativo, é possível fazer algumas inferências com base no propósito desse trabalho de trazer a história de militância do GDR com intuito de visibilizar a sua atuação para além dos muros da universidade, no que tange a luta em defesa dos direitos da comunidade LGBTQI+. Em 10 anos de atuação o GDR já demonstrou através de suas ações culturais e políticas o compromisso e a potência de fortalecimento na luta pela diversidade sexual e de gênero.

Dessa maneira é possível afirmar que as análises com base no recorte prioritariamente de gênero nas sociedades heteropatriarcais nos permitiram entender que se faz necessário para ampliar o debate que expressa o ponto fulcral de todas as opressões oriundas desse sistema, mais ainda no momento atual dentro da sociedade capitalista neoliberal brasileira, a qual tem suas perversas particularidades na construção centenária do patriarcado.

Em tempos de avanço avassalador das correntes moralistas, com disfarce de política de estado pela honra dos cidadãos brasileiros, é visto que as lutas travadas pelo GDR não ficam distantes da realidade cotidiana enfrentada pela população LGBTQI+ em nossa sociedade.

A força ideológica necessária à manutenção das opressões tem agravado a condição de existência da comunidade LGBTQI+, pois a democracia sexual questiona as velhas estruturas de dominação patriarcal que necessariamente se baliza da opressão dos corpos que estão fora da norma e que estão dispostos a romper com o modelo de família nuclear e patriarcal. É possível afirmar que essa relação de poder não nasce nem se esgota na cultura, pois esse poder econômico se alimenta para manutenção desse sistema de exploração. Na história das opressões, esta ocupa grande espaço por passar vários modos de produção, várias sociedades no mundo, e, mesmo assim, consegue manter sua reprodução. Sua continuidade está ligada à constituição de dominação econômica e não será possível sair dela sem que essa base econômica seja desestruturada.

Mesmo nesse cenário de regressão e repressão, estão presentes as mais variadas formas de luta e organização coletiva de grupos que não estão dispostos a abrir mão de serem reconhecidos enquanto indivíduos dignos e do exercício de cidadania, seja para tentar assegurar conquistas já efetivadas por lutas anteriores ou para buscar novos demarcadores normativos e efetivos de defesa dos seus direitos.

A militância cultural e política é uma das formas de oposição ao modelo de relação cissexual/homem/mulher como norma; é uma importante forma de oposição aos crescentes crimes de lgbtfobia que afetam grande parte da comunidade LGBTQI+; é uma das formas de oposição a falaciosa ideologia de gênero; é uma das formas de oposição a violência psicológica que leva aos dados numerosos de suicídio dessa população; a violência física; institucional; sexual; a negligência médica que impede pessoas LGBTQI+ de terem acesso à saúde; ao preconceito que exclui essa população a se inserir no mercado de trabalho e no ensino superior, e de todas as violações que esses indivíduos estão sujeitos por conta da opressão sofrida por esse sistema.

Os corpos dissidentes de cada membro que compõem a militância feita pelo GDR evidenciam quão importante é essa trajetória cultural e política no âmbito das residências universitárias e acrescenta no debate de direito a cidadania e dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQI+.

Tornar visível esse debate, que retrata a história e trajetória do GDR é dar visibilidade às variadas e milenares formas de opressão de gênero, através desse grupo, que desde a sua gênese busca legitimar as dissidências sexuais e de gênero tendo como foco principal o espaço dentro da universidade que é um espaço de produção de conhecimento e que deve se atentar as vivências e experiências desse grupo, para fomentar o debate de outras formas de existência e resistência desses corpos marginalizados.

Concluo esse trabalho com muita satisfação diante da oportunidade de escrever sobre um tema que desde que tomei conhecimento da existência, se tornou muito rico para mim, não só como uma mulher preta e futura assistente social, mas como uma cidadã comprometida com a cidadania e liberdade como possibilidade de justiça com as nossas narrativas e resistência, pois como sabiamente disse Ângela Davis (2019): “A liberdade é uma luta constante”. Que a esperança por uma nova forma de sociedade nos inspire a resistir e não deixar de lutar em prol daqueles que têm os direitos alijados por esse sistema.

REFERÊNCIAS

As mulheres negras são as maiores vítimas da violência. **Câmara dos Deputados**, 2018. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/as-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-da-violencia>> Acesso em: 05 de mai.de 2019.

A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas. Anais 37 Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, Brasília - DF: CFESS, 2008. Disponível em:< [http://www.cfess.org.br/arquivos/Anais CFESS CRESS 2008.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Anais_CFESS_CRESS_2008.pdf)>, Acesso em: 03 de Jun. de 2019.

Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. **Senado Federal**, 2019. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>> Acesso em: 19 de mai.de 2019.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014. _____ . *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo Editorial, 2018.

Dia de São Cosme e São Damião são celebrados com sincretismo na Bahia. **Geledés**, 2012. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/dia-de-sao-cosme-e-sao-damiao-e-celebrado-com-sincretismo-na-bahia/>> Acesso em: 02 de out de 2019.

Onda azul na América Latina. **Le Monde Diplomatique**, 2019. Disponível em:<<https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/amlat-vaguebleue>> Acesso em: 28 de Mai.2019.

O que é feminicídio? **DOSSIÊ FEMINICÍDIO**, 2019. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-efeminicidio/>> Acesso em: 18 de mai.de 2019.

O que é o GGB (nossa história). **GGB**, 2019. Disponível em:<<https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>> Acesso em: 28 de Out.2019.

EXAME DA OAB. Entenda o Projeto de Cura Gay. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay>> Acesso em: 22 de set.de 2019.

Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. **IPEA**, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526> Acesso em: 27 de set.de 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** Revista Serviço Social & Sociedade nº 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Revistas Estudos Feministas. nº2.1995

No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>> Acesso em: 18 de mai.de 2019.

GDR. Militância e diversidade sexual e de gênero na Universidade Federal da Bahia. Arquivo do **GDR** não publicado. Salvador, 2019.

Identidade e orientação sexual. **Associação para o Planejamento da Família**, 2019. Disponível em: < <http://www.apf.pt/sexualidade/identidade-e-orientacao-sexual>> Acesso em: 27 de set.de 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LORDE, Audre. **Não há hierarquia de opressão**. Tradução livre por Daniela Alvares Beskow (2016). Disponível em: <<http://www.palavraemeia.com/traducoes-livres/nao-ha-hierarquia-de-opressao/>> Acesso em: 02 de out.de 2019

MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **ESTADÃO**, 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>> Acesso em: 02. de out de 2019

“Na concepção cristã, mulher deve ser submissa”. **Carta Capital**, 2019 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/no-casamento-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-diz-damores-alves/>> Acesso em: 08 de set.de2019.

O que temem os fundamentalistas no contexto brasileiro. **Revista Cult**, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/fundamentalistas-anti-lgbt/>> Acesso em: 02 de out de 2019.

Os desafios dos LGBTI+ no mercado de trabalho. **FolhaPe**,2019. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2019/08/12/NWS,113266,70,449,NOTICIAS,2190-OS-DESAFIOS-DOS-LGBTI-MERCADO-TRABALHO.aspx>> Acesso em: 02. de out de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 46-65.

_____.Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: MARTINS, M.C; OLIVEIRA, S de. (Org.). **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher. ed. Brasília: Editora UFPE. 2005, cap. 3, p.35-77.

_____. **Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?** Cadernos de crítica feminista. Ano III, N.2. Dezembro, 2009, p.7-30.

SOCIAL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. "**Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.**" (1997).

STF vota criminalização da LGBTfobia. **Brasil de fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2019/02/14/stf-vota-criminalizacao-da-lgbtfobia-nesta-quinta-14-conheca-os-argumentos/>> Acesso em: 19 de mai.de 2019.

Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. **EXAME**, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>> Acesso em: 18 de mai. de 2019.

12 mil mulheres são agredidas diariamente no Brasil, aponta pesquisa. **IEA USP**, 2018. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/-2>> Acesso em: 19 de mai. de 2019.

WALZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas** / UFSC, Vol. 09, nº 02, 2º semestre, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>> Acesso em: 28 de Mai.de 2019.

ANEXO

NOTA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA R1 UFBA!

SEGUIMOS FIRME NA RESISTÊNCIA!

As/os moradores da Residência 1 da UFBA, Corredor da Vitória vêm tranquilizar a comunidade UFBA, quanto a Áudios e Prints sobre ataques à R1 e informam que apesar de provocações e ameaças de cunho LGBTfobica proferidas por eleitores de Bolsonaro em carros e dos prédios vizinhos, após o resultado das eleições, a situação já está tranquila por aqui.

As/os moradores não foram agredidxs fisicamente.

E assim como todxs os/as brasileiras que lutaram pela democracia nesse momento tão difícil da nossa história, estamos arrasadxs, mas firmes na luta por nossos direitos e na resistência contra esse presidente eleito que não nos representa!

Salvador, 28 de outubro de 2018

*Residentes da Residência 1 UFBA